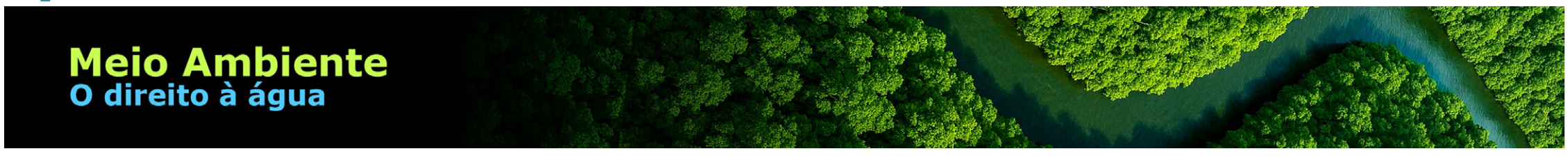
Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br



Santa Luzia sofre com efeitos do Lixão

Passados mais de sete anos do fim do aterro sanitário da Estrutural, estudos liderados pela UnB apontam que o lençol freático que abastece a área ainda possui resíduos tóxicos. Caesb vai investi R$ 92 milhões em água tratada

» EDUARDO PINHO

Desde que se mudou para o Setor Habitacional Santa Luzia, na Cidade Estrutural, Daiane Matos, de 35 anos, tem medo de consumir a água do local. Na casa onde mora com o companheiro, há um poço artesiano, mas ele é impróprio para o consumo. O líquido que sai dali tem cheiro e gosto estranhos, além de causar dor de barriga, diarreia e vômito. Sem opção de abastecimento, a saída é comprar galões de água potável para beber e usar a do poço apenas para lavar roupas e fazer a limpeza doméstica.

A realidade de Daiane é a mesma vivida por quase todos os moradores de Santa Luzia. O bairro fica às margens da Unidade de Recebimento de Entulho (URE) do Distrito Federal, onde funcionou, por quase seis décadas, o Lixão da Estrutural, que foi considerado o maior da América Latina.

O aterro começou a receber resíduos no início dos anos 1960 e foi oficialmente fechado em janeiro de 2018. Mais de sete anos após o encerramento das atividades, o meio ambiente e, principalmente, as águas subterrâneas da região ainda são afetadas pelo descarte de milhares de toneladas de resíduos a céu aberto.

Nas próximas semanas, será publicado um estudo liderado pela professora Vanessa Cruvinel, mestre em ciências da saúde e doutora em saúde coletiva pela Universidade de Brasília (UnB), que analisou amostras de dois poços, localizados a 140 metros do antigo Lixão — um raso, de 30 metros, e outro profundo, de 70 metros —, além da água utilizada em residências de Santa Luzia.

Segundo a pesquisadora, com relação a estudos anteriores, os resultados mostram melhora na qualidade do poço profundo, mas persistem problemas no poço raso, que serve de parâmetro para a camada do subsolo que a comunidade consegue alcançar com poços artesianos. "Encontramos turbidez elevada (água turva), altos níveis de sólidos dissolvidos, nitrogênio amoniacal e cloreto, bem como microrganismos, o que pode provocar doenças gastrointestinais e urinárias", detalha Vanessa.

> "A presença de contaminantes indica que o passivo ambiental continua a afetar o solo e as águas subterrâneas"
>
> ***Vanessa Cruvinel, pesquisadora da UnB***

Histórico

A pesquisa é desdobramento de outro trabalho, publicado no início deste ano, que avaliou dados coletados pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa) entre 2013 e 2022, nos dois poços. Dos 33 parâmetros avaliados, 21 foram analisados de forma comparativa, antes e depois do fechamento do aterro. Os resultados apontaram que, sobretudo no poço raso, parâmetros como turbidez, ferro, cloro, nitrogênio amoniacal e sólidos totais dissolvidos ultrapassam os limites estabelecidos pela legislação brasileira.

"Embora alguns indicadores tenham melhorado após o encerramento do Lixão, a presença de contaminantes indica que o passivo ambiental continua a afetar o solo e as águas subterrâneas", explica a professora. Em alguns casos, como o do nitrogênio amoniacal, houve melhora após 2019, mas, ainda assim, a qualidade da água não alcança padrões seguros.

Por isso, o estudo alerta que os moradores da região, em especial das comunidades vulneráveis de Santa Luzia, estão expostos. "Grande parte das famílias recorre a ligações clandestinas ou poços artesianos para garantir o abastecimento, o que aumenta o risco de consumo de água imprópria", completa Vanessa.

Entre os efeitos diretos que a contaminação pode trazer à saúde, estão problemas gastrointestinais, respiratórios e intoxicações por metais, além de impactos indiretos sobre a saúde infantil e o desenvolvimento cognitivo.

Diagnóstico

Vanessa conta que começou a avaliar a região em 2012, quando o Governo do Distrito Federal (GDF) se preparava para fechar o Lixão. Em 2017, a professora coordenou um diagnóstico epidemiológico dos cerca de 1,2 mil catadores cadastrados no Serviço de Limpeza Urbana (SLU). Durante meses, a equipe dela atendeu cerca de 20 trabalhadores por dia na Unidade Básica de Saúde da Estrutural, realizando exames de sangue, aferição de pressão e avaliação antropométrica.

O levantamento revelou alta prevalência de doenças de veiculação hídrica, incluindo diarreias, hepatites, leptospirose e outros problemas gastrointestinais. À época, o risco imediato aos catadores, que em grande parte vivia em Santa Luzia, foi reduzido com uma medida simples. "Conseguimos, por meio de doação do Rotary Internacional, a distribuição de 2 mil filtros de barro a famílias da comunidade, o que melhorou significativamente a qualidade da água consumida", lembra.

Mas, para além de ações paliativas e pontuais, a pesquisadora defende que a solução para o abastecimento de água em Santa Luzia passa por políticas públicas permanentes de saneamento básico. Ela destaca que a comunidade, sem rede regular de água, depende de poços artesianos, chafarizes e baldes para armazenamento, o que facilita a contaminação.

"Para romper esse ciclo, é preciso ampliação do abastecimento público, garantindo água tratada e canalizada diretamente às residências, além de monitoramento contínuo da qualidade da água subterrânea, com campanhas frequentes de coleta e análise", ressalta Vanessa, apontando, ainda, a necessidade de educação sanitária para que a população adote práticas de armazenamento seguro e higiene na manipulação da água.

Ed Alves CB/DA Press

Daiane Matos mostra o poço de onde retira água para usar em casa, mas a do consumo precisa ser comprada

Ed Alves CB/DA Press

Água de caminhões-pipa se contamina ao entrar nas mangueiras

Vitória Torres

Francisco Assis aponta o antigo lixão como origem dos problemas

Vitória Torres

Patrícia Oliveira diz que o filho tem problemas de saúde constantes

Caesb vai investir cerca de R$ 92 milhões

A Caesb informou, em nota, que, atualmente, a comunidade de Santa Luzia não dispõe de rede regular de água e de esgoto e que os moradores recebem água por meio de dois chafarizes, abastecidos por caminhões-pipa.

"A área é considerada ambientalmente sensível, uma vez que está situada na divisa do Parque Nacional de Brasília. Atendendo a uma demanda histórica, a comunidade de Santa Luzia, uma das mais vulneráveis do Distrito Federal, terá acesso a rede de água tratada, esgoto, drenagem e pavimentação. O investimento é de cerca de R$ 92 milhões e a licitação está em andamento", afirmou a companhia.

O presidente da companhia, Luís Antônio Reis, informou que as obras começam em outubro e vão durar dois anos. O projeto de saneamento para a comunidade da Estrutural prevê a instalação de uma rede de abastecimento de água com 46,5 mil metros, abrangendo os 89 hectares de extensão da área ocupada pelo assentamento.

"A rede de esgoto terá 35 mil metros e duas estações elevatórias, que vão encaminhar os resíduos para a Estação de Tratamento de Esgoto Norte, em Brasília", detalhou a nota da Caesb. A companhia ressaltou que serão implantados 5 mil metros de galerias de águas pluviais, além de bacias de absorção, pavimentação asfáltica e intertravada nas vias do bairro.

"Todas as etapas de execução do projeto serão acompanhadas por ações sociais e de educação sanitária e ambiental, com a participação de diversos órgãos do GDF", completou a nota, destacando que os recursos foram obtidos por meio de empréstimo com banco privado, aprovado pelo PAC Financiamentos. A Caesb será responsável pela garantia e pelo pagamento das parcelas.

Adasa faz monitoramento

O gerente de Recursos Hídricos da Adasa, Gustavo Carneiro, explica que os números da pesquisa da UnB fazem parte da rede de monitoramento de águas subterrâneas mantida pela agência. "Esse acompanhamento permanente serve para entender como se comportam os aquíferos e a qualidade da água nos lençóis freáticos, informações fundamentais para a gestão dos recursos hídricos", afirma.

Segundo ele, a interpretação dos resultados foi feita pela própria equipe da UnB. "A Adasa fornece dados técnicos de qualidade da água, mas a análise das implicações sociais e de saúde pública extrapola a nossa atribuição. Nosso papel é garantir a coleta, consistência e transparência das informações", completa.

Sobre a possibilidade de reforçar o monitoramento em Santa Luzia, Carneiro esclarece que a Adasa mantém a rede de poços para acompanhar a qualidade da água, mas ressalta: "A análise para abastecimento humano cabe ao prestador de serviços de saneamento. Em áreas não regularizadas, existem dificuldades e até empecilhos legais para a prestação de serviços públicos", destaca.

Ele reforça que a água fornecida pela Caesb nas áreas regulares segue a Portaria 888 do Ministério da Saúde, que proíbe o fornecimento fora dos padrões. "O monitoramento é rigoroso, mas, para áreas não regularizadas, a responsabilidade é diferente", explica.